

Entre militares e sacerdotes: O papel da Igreja Católica de Teresina diante do processo de implantação e consolidação da Ditadura Civil-Militar no Brasil¹

Between Soldiers and Clergy: The role of the Catholic Church in Teresina during the implementation and consolidation of the Civil-Military Dictatorship in Brazil



SILVA, Kamila*

 <https://orcid.org/0009-0003-4385-5244>

QUEIROZ, Teresinha**

 <https://orcid.org/0000-0003-1957-6686>

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar o papel da Igreja Católica de Teresina diante do processo de implantação e consolidação do regime ditatorial civil-militar no Brasil a partir dos anos 1960. De modo específico, busca-se compreender as tensões que atravessam a atuação de importantes figuras dessa instituição religiosa no Piauí, como o então arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela e o vigário-geral da Arquidiocese, Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves. Além da bibliografia especializada sobre o regime civil-militar, Igreja Católica no Piauí e sobre o episcopado de Dom Avelar, utilizam-se fontes localizadas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), referentes ao período estudado, além de entrevistas com figuras que se fizeram presentes no contexto em evidência. Conclui-se que o

ABSTRACT: This study aims to analyze the role of the Catholic Church in Teresina in the process of the implementing and consolidating of the civil-military dictatorial regime in Brazil from the 1960s onward. More specifically, it seeks to understand the tensions that permeated the actions of important figures of this religious institution in Piauí, such as the then Archbishop Dom Avelar Brandão Vilela and the Vicar General of the Archdiocese, Monsignor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves. In addition to the specialized bibliography on the civil-military regime, the Catholic Church in Piauí, and the episcopate of Dom Avelar, sources from the National Archives Information System (SIAN) related to the period under study are used, as well as interviews with individuals who were present in the context under analysis. It is

¹ O texto é originário do trabalho de conclusão de curso defendido em 2024 como requisito para obtenção do grau de licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí: SILVA, Kamila Vitória Santos e. "Um simples amador da história do Piauí": Entre os passos e as páginas de Joaquim Raimundo Ferreira Chaves. 165 f. 2024. Monografia (Graduação em História) – Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024.

* Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI. Pós-Graduada *Lato Sensu* em História da Arte e em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade do Leste Mineiro, Leste Mineiro-MG; Mestranda em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: kamilavasantos19@ufpi.edu.br

** Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, São Paulo-SP. Professora associada IV da Universidade Federal do Piauí, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina-PI. E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br



trabalho social desenvolvido por Dom Avelar, desde sua chegada a Teresina, em 1956, e o fim de sua administração religiosa nessa cidade, em 1973, contribuiu para a frequente vigilância por parte dos aparatos repressores da Ditadura nos espaços alcançados pela Igreja Católica.

PALAVRAS-CHAVE: História; Piauí; Ditadura Civil-Militar; Igreja Católica.

concluded that the social work developed by Dom Avelar, from his arrival in Teresina in 1956 until the end of his religious administration in the city in 1973, contributed to the frequent surveillance carried out by the repressive apparatus of the Dictatorship in the spaces reached by the Catholic Church.

KEYWORDS: History; Piauí; Civil-Military Dictatorship; Catholic Church.

Recebido em: 21/04/2025

Aprovado em: 30/05/2026

Introdução

O presente estudo tem por objetivo analisar a conjuntura que envolvia a Igreja Católica de Teresina em meio ao cenário de implantação e consolidação do regime ditatorial civil-militar² no Brasil, debruçando-se, sobremaneira, sobre o recorte situado entre os anos 1960 e meados da década de 1970. De modo específico, propõe-se entender a atuação da Igreja Católica local nesse período e refletir acerca da posição assumida por figuras dessa instituição religiosa no Piauí, como Dom Avelar Brandão Vilela – arcebispo de Teresina durante, aproximadamente, quinze anos, nos quais desempenhou importante papel na Igreja Católica e também na sociedade teresinense por meio do lema “Evangelizar e humanizar” – e o vigário-geral da Arquidiocese, Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves – sacerdote católico e historiador por dedicação e prática que, nesses mesmos anos, foi companheiro de Dom Avelar Brandão na liderança eclesiástica de Teresina.

Para tanto, como instrumento metodológico, fazemos uso da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011), a fim de analisar criticamente o conteúdo de fontes documentais, tais como os registros do Sistema Nacional de Informações (SNI), dispostos no Arquivo Nacional. Segundo Bardin, a análise de conteúdo constitui um conjunto de instrumentos de natureza metodológica em permanente aperfeiçoamento, aplicáveis aos discursos dos mais variados tipos. Nesse sentido, essa técnica se configura como uma leitura profunda, orientada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico e voltada à

² Partindo da perspectiva que defende a aliança social entre civis e militares no processo de realização golpe de Estado em 1964, como proposto por historiadores como Daniel Aarão Reis (2014, p. 47), adotaremos, neste artigo, a expressão *golpe civil-militar*, para identificar o movimento de deposição do Presidente João Goulart, e *regime civil-militar*, para caracterizar o período ditatorial governado pelos militares, com o apoio civil.

descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os seus aspectos exteriores. Ademais, a análise de conteúdo possibilita não apenas a compreensão, mas também a utilização e a aplicação sistemática de um determinado material, permitindo ao pesquisador organizar, interpretar e extrair significados relevantes a partir dos dados estudados.

Segundo Aarão Reis, em sua obra *Ditadura militar, esquerda e sociedade* (2002), diversos setores da sociedade brasileira articularam-se em apoio aos militares no golpe que destituiu o governo de João Goulart (1961-1964), desde grandes empresários e grandes proprietários de terra até as camadas médias e populares, além da maior parte da grande imprensa e de grupos religiosos – especificamente, a Igreja Católica. Na concepção da Igreja, o comunismo³ representava uma ameaça crescente ao país, especialmente diante das ações propostas pelo então presidente João Goulart. Nesse sentido, a instituição religiosa acreditava que a ideologia comunista promovia o ateísmo, enfraquecia os valores cristãos e poderia gerar uma profunda desordem social e política no país. Dessa forma, a participação da Igreja, nesse momento, indicava “a ideia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu, [que] invadiu o processo político, assombrando as consciências” (Reis Filho, 2002, p. 27).

Um exemplo da defesa da Igreja ao golpe liderado pelos militares pode ser visto na carta aberta publicada em maio de 1964, logo após a reunião dos dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da qual Dom Avelar – então arcebispo da Arquidiocese de Teresina – foi, por duas vezes, vice-presidente, durante a administração de Dom Agnelo Rossi (1964–1971) e de Dom Aloísio Lorscheider (1971–1979). Após o anúncio das ações militares deflagradas em 31 de março de 1964, o clima de tensão na Igreja era percebido por meio do enfrentamento de opiniões, por vezes contrárias, entre os bispos chamados progressistas, moderados e conservadores em debates oficiais, como reuniões e conferências.

³ Segundo Motta (2002), comunismo é percebido como a síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético, enquanto os anticomunistas seriam os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação, com sua atuação estaria baseada em uma atitude de recusa militante ao projeto comunista. Desde a Revolução de outubro de 1917 e a crise do socialismo ocorrida na virada da década de 1980 para 1990, a presença do comunismo tornou-se mais real e concreta e, conseqüentemente, também o medo da sua chegada, de forma que “o comunismo despertou paixões intensas e opostas: de um lado, o dos defensores, encaravam-no como revolução libertadora e humanitária, que abriria acesso ao progresso econômico e social; de outro ponto de vista, o dos detratores, viam-no como uma desgraça total, a destruição da boa sociedade e a emergência do caos social e do terror político” (Motta, 2002, p. 5).

Dessa maneira, considerando que a Igreja não possuía uma opinião unânime acerca dos encaminhamentos liderados pelos militares que estavam à frente do Golpe, a CNBB reuniu-se a fim de analisar o novo contexto político do Brasil e emitir uma declaração geral acerca da tomada de posição da Igreja Católica no Brasil sobre a situação.

A supracitada carta, dentre outros pontos, assinalava apoio ao movimento militar, tendo em vista a ideia de que esse movimento teria afastado a instalação do regime comunista no Brasil. Entretanto, demonstrava também preocupação quanto às torturas e arbitrariedades exercidas pelos militares, pois essas alcançavam líderes operários e leigos cristãos engajados nas práticas sociais desenvolvidas no entorno da Igreja Católica de Teresina. Sobre a reunião entre os dirigentes da CNBB e a mensagem oficial proferida por esse órgão, Mariae (1994) afirma:

Ficou decidido convocar uma reunião extraordinária da comissão central. Logo em seguida, porém, dada a gravidade da situação, a reunião foi ampliada, para incluir também os bispos responsáveis pelos recém-criados secretariados regionais da CNBB e todos os arcebispos metropolitanos. A reunião realizou-se no final de maio de 1964 e não teve pauta especial, a não ser uma análise que levasse a uma tomada de posição da Igreja frente ao novo contexto e à evolução política do Brasil. Inicialmente, cada metropolita apresentou um relatório sucinto da situação na sua área e da posição assumida pela Igreja local face aos acontecimentos. Da apresentação desses relatórios e dos debates que se seguiram podem ser destacados três aspectos:

- 1) Os membros do episcopado sentiam-se aliviados por se ter evitado uma guerra civil e alguns deles, por ter sido afastada a probabilidade de instalação de um regime comunista.
- 2) Chamava-se a atenção para a necessidade das reformas de base, já apontadas na mensagem da comissão central, publicada exatamente um ano atrás, em torno da encíclica *Pacem in terris*, e os bispos reiteravam seu apoio a essas reformas, em acordo com as exigências evangélicas de justiça.
- 3) Manifestaram também os bispos participantes dessa reunião sua preocupação com as arbitrariedades e torturas que começavam a atingir líderes operários e leigos cristãos engajados.

Esses aspectos fizeram parte da mensagem emitida pela CNBB, aprovada por todos os (arce)bispos presentes à reunião e a partir de uma minuta elaborada por um grupo de trabalho, coordenado por D. Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia. Houve sérias dificuldades em chegar a um texto que assegurasse a unanimidade da comissão central e dos demais (arce)bispos participantes (Mariae, 1994, p. 155-156).

No Piauí, a posição geral da Igreja Católica, proferida por meio da CNBB, em defesa dos ideais democráticos e em rejeição aos princípios comunistas, é ratificada por Dom Avelar, ao declarar, em maio de 1964:

Brasileiros do Piauí, o comunismo que nega a Deus e nega os direitos fundamentais da pessoa humana não tem clima em nossa Pátria. Mas, se a democracia chamada liberal não se decidir a vencer os seus vícios, se não se resolver a incorporar ao seu patrimônio as novas conquistas da civilização do trabalho, dificilmente poderá sobreviver às crises de nosso tempo. Esta é a nossa missão: salvar a democracia para evitar o totalitarismo (Vilela, 1964, p. 4).

Além disso, o posicionamento do arcebispo de Teresina em consonância com o pensamento oficial da Igreja, ambos inicialmente coerentes, é percebido no episódio da homilia de 31 de março de 1965, na qual saúda o aniversário de um ano do Golpe civil-militar:

Reação que se transformara em revolução, teria de possuir elementos próprios para atingir os seus objetivos. Neste entra a luta sem sangue do Ato Institucional e da Constituição, comandada pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, inegavelmente um bravo de guerra com mentalidade civilista, um militar de vocação política, um homem que não deve estar agradando aos mais intransigentes setores da reação nem tão pouco aos servidores da desordem ou da revolução em termos de violência. [...] O certo é que havia um clima diferente no Brasil, de tal modo que não somente os subversivos propriamente ditos mas também os conservadores esclarecidos admitiam falar em revolução social. Em tais circunstâncias tornou-se o ambiente brasileiro difícil de ser interpretado objetivamente. Não se podia imaginar inclusive até onde chegariam os desígnios do próprio Governo de então (Vilela, 1965, p. 3).

No estado do Piauí, segundo Castelo Branco (2024), o Golpe foi encaminhado sem maiores complicações, tendo como um de seus protagonistas o então coronel Clidenor de Moura Lima, oficial de Operações do 25º Batalhão de Caçadores em Teresina e um dos principais articuladores nas negociações com políticos piauienses para a adesão ao Golpe. Informado da deflagração do movimento golpista em Minas Gerais, Clidenor Lima reuniu-se com o carioca Wellington de Figueredo Costa, major de Infantaria, e com o Comandante de Unidade, o coronel Luiz Corrêa Lima, decidindo irromper com o movimento no Piauí, sendo apoiados pelo comandante da Guarnição Federal de Teresina, o coronel Francisco Mascarenhas Façanha, dirigindo-se, então, ao Palácio de Karnak na noite do dia 31 de março de 1964⁴.

⁴ Com base em entrevistas concedidas pelo então Capitão do 25ºBC e publicadas em coletâneas do Exército Brasileiro, nas quais constam detalhes quanto ao golpe de 1964 desferido no estado do Piauí, compreende-se que o 25º BC era composto por comandantes aderentes ao golpe e que estavam aptos a uma luta civil. O capitão Clidenor de Moura Lima, por sua vez, já havia recebido treinamento contra possíveis reações de opositores e guerrilheiros. Ademais, Clidenor e outros oficiais de baixa patente, desde o governo João Goulart, ao qual eram contrários, reuniam-se para planejar uma possível intervenção em torno da “má gestão” de Jango, reconhecendo e disseminando a ideia do combate a um inimigo interno que assolaria as famílias e a própria política e economia brasileira (Castelo Branco, 2024).

De acordo com Castelo Branco, no Piauí, esse episódio foi facilitado em virtude da existência de setores das elites locais que combatiam as reformas sociais propostas pelo presidente deposto, buscando manter uma ordem social tradicional e uma agenda política conservadora, sobretudo, em relação ao combate a uma possível *subversão comunista*. Assim, essas elites apoiaram o envolvimento militar nos rumos políticos do Brasil, a fim de tentar interromper o avanço das transformações sociais e políticas em curso no país durante os anos democráticos⁵ e, especialmente, no governo de João Goulart (Castelo Branco, 2024). Em concordância, o então vigário-geral da arquidiocese metropolitana de Teresina, Monsenhor Joaquim Chaves, em entrevista concedida à Maria do Amparo Alves de Carvalho, relatou, sobre o golpe de 1964, que “aqui em Teresina, a elite batia palmas porque achava que era um salvador da pátria” (Joaquim Chaves, entrevista, 1998). Assim, as elites piauienses agiram movidas pelo que o historiador Rodrigo Patto de Sá Motta (2014) conceitua como *impulso conservador*:

O impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, e por isso combater as utopias revolucionárias e todas as formas de subversão e ‘desvio’, incluindo questionamentos à moral e aos comportamentos convencionais. O influxo conservador fomentou políticas repressivas, voltadas para a eliminação ou contenção dos inimigos da ordem [...] (Motta, 2014, p. 288-289).

Embora os setores do Exército tenham ocupado o Palácio de Karnak, ameaçando o então governador Petrônio Portella com uma possível intervenção federal, caso ele não aderisse ao movimento golpista, Portella, em 1º de abril de 1964, emitiu uma nota oficial de repúdio contra a ação dos militares, defendendo a Constituição e o mandato de João Goulart e, como consequência, desagradando os comandantes militares. A nota oficial declarava:

No momento de incertezas em que já vemos esclarecidos os objetivos do movimento de rebelião em vários Estados da Federação, dirijo-me ao povo, no cumprimento de um dever, para esclarecer uma vez mais, minha posição de defesa do mandato do Sr. Presidente da República, Dr. João Goulart, e do protesto contra a ação revolucionária que ontem faziam intocável a Constituição e hoje não vacilam em desrespeitá-la. Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 1º de abril de 1964 (Piauí, 1969, p. 6).

⁵ Até o início de 1964, o Brasil vivia, desde 1945, com o fim da ditadura varguista, um período democrático, com presidentes eleitos por meio do voto direto.

Assim, nesse primeiro momento, o então governador do Piauí expressa uma posição desfavorável ao golpe civil-militar. Entretanto, frente aos expurgos e cassações em todo o Brasil e no Piauí, nos meses seguintes, Petrônio Portella demonstra ajustar-se à postura dos militares e adaptar-se às transformações políticas vigentes (Castelo Branco, 2024, p. 28). Ainda em 1º de abril de 1964, o governador declara em discursos no rádio, em jornais e em outros meios de comunicação a legitimidade do golpe que instituiu a ditadura civil-militar no país, tornando-se, ele próprio, um dos articuladores do regime ditatorial em nível nacional pelo partido ARENA⁶.

É relevante ressaltar que, embora Petrônio Portella tenha aderido ao golpe de 1964, a sua postura inicialmente contrária resulta em um processo de tentativa de aplicação do AI-5, no ano de 1969⁷, contra seu mandato de senador federal pelo Piauí (1967-1979), bem como na constante vigilância de seus passos políticos, sendo visto com suspeita pelos setores de informação do regime ditatorial que o consideravam como:

Político oportunista, quando Governador do Estado praticou o tráfico de influência, e esteve sempre ligado aos corruptos e subversivos da situação anterior ao movimento de 31 de março. Revolucionário de última hora, negou seu apoio àquele movimento desafiando o Exército aderindo à Revolução apenas por interesse pessoal – sobrevivência política (Conselho de Segurança Nacional, 1969, p. 6).

Importa salientar, no Brasil e no Piauí, a relevância da atuação de órgãos como o Sistema Nacional de Informações, criado em 1964, como um produto da ideologia de segurança nacional do regime civil-militar. Subordinado diretamente ao Presidente da República, tinha por finalidade superintender e coordenar, em todo território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessavam à Segurança Nacional, segundo a Lei nº 4.341 de 1964, em seu Art. 2º (Samways, 2013). Segundo Carlos Fico (2001), esse sistema foi pensado pelo general Golbery do Couto e Silva, em defesa da

⁶ Em 27 de outubro de 1965, o então presidente da República, Marechal Humberto Castelo Branco, editou o Ato Institucional nº2 (AI-2) que, em seu art. 18, declarava a extinção dos atuais partidos políticos. No lugar dos treze partidos extintos foram criados dois outros partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de caráter conservador que apoiava o governo vigente, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição. Ademais, a ARENA possuía maior composição no Congresso e no Senado e tinha em sua base políticos oriundos, sobretudo, da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD). (Vasconcelos, 2013).

⁷ Decretado no dia 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 concentrou os poderes no Executivo e suprimiu as garantias constitucionais à população civil, oficializando a ditadura civil-militar no país (Kuschnir, 2015).

criação de um aparato de espionagem e organização de informações internas e externas.

O SNI atuou de forma mais consistente a partir da década de 1970, com a aprovação do Plano Nacional de Informações (PNI), que norteava funcionários e ações estratégicas de segurança nacional. Executado de forma racional e disciplinada, o SNI operava por meio de dois ramos: o de informações, responsável pela coleta e catalogação de dados sobre indivíduos investigados, e o de contrainformações, voltado a neutralizar conteúdos considerados nocivos ao Sistema. Além disso, sua atuação se desdobrava em dois âmbitos: o externo, por meio de adidos militares lotados em embaixadas brasileiras, e o interno, composto por órgãos infiltrados em diversos setores da vida pública nacional (Fico, 2001, p. 80). Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 45), a vigilância ditatorial, exemplificada no aparato instrumental do Sistema Nacional de Informações, seria justificada em virtude da existência de um “inimigo interno”, bem como outras medidas encaminhadas por um Estado dotado de poderes ilimitados, capaz de implementar ações de controle, repressão e eliminação de atividades consideradas “subversivas” ou “revolucionárias”. Esse inimigo poderia, por sua vez, englobar potencialmente toda a população – incluindo os grupos vinculados à Igreja Católica.

Diante disso, não se propõe, neste artigo, adentrar às especificidades do processo de adesão do estado do Piauí ao Golpe de 1964⁸, que pôs fim ao governo de João Goulart e instituiu o regime militar. Entretanto, cabe reconhecer que essa ruptura institucional, em âmbito nacional e local, se deu mediante um confronto de interesses e visões antagônicas – cenário percebido entre os grupos que se mostraram favoráveis ou contrários ao processo golpista. Por conseguinte, de forma semelhante ao panorama social nacional, na teia de opiniões acerca dos eventos ocorridos naqueles tempos, a Igreja Católica, em que pese oficialmente declarar defesa do movimento golpista por meio da CNBB, dividia-se diante das variadas concepções sobre os rumos seguidos pelo Brasil após o golpe de 1964, como abordado a seguir no cenário piauiense.

⁸ Para mais informações acerca do processo de adesão do Estado do Piauí ao Golpe de 1964, ver: Castelo Branco, 2024.

Evangelizar e humanizar: as transformações na Igreja Católica piauiense no século XX e o arcebispado de Dom Avelar Brandão Vilela

Para compreender os conflitos entre a Igreja Católica de Teresina e o regime ditatorial, sobretudo nos anos iniciais do seu exercício, torna-se necessário refletir acerca da conjuntura que envolvia essa instituição no momento da deflagração do Golpe civil-militar no Brasil, em 1964, quando se encontrava à frente da Arquidiocese de Teresina o arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela. Como arcebispo metropolitano da capital piauiense, Dom Avelar, desde sua nomeação em 1955, apresentou uma postura de renovação das ações da Igreja, bem como uma preocupação social e cultural diante da realidade. Nos quinze anos de liderança da Igreja de Teresina, o clérigo defendeu o lema “Evangelizar e humanizar”, a partir do qual desenvolveu transformações que influenciaram diretamente o cotidiano do Piauí e de sua capital.

De modo geral, Dom Avelar encaminhou diversas ações de caráter assistencialista voltadas para o cuidado com o povo teresinense. Dentre essas ações, cita-se a Ação Social Arquidiocesana (ASA), criada em 1956 com o objetivo de coordenar as atividades assistenciais realizadas pelas paróquias, abrindo novas perspectivas para compreender os problemas humanos por meio de uma rede de núcleos pela periferia de Teresina e, posteriormente, projetando-se para o interior do estado. Por meio da ASA, a Igreja de Teresina, liderada por Dom Avelar, fundou diversos Centros Sociais que, no ano de 1971, atendiam quase 4.000 alunos em cursos primários, além de manter cursos profissionalizantes, clubes educativos, assistência hospitalar, atividades de artesanato e outras iniciativas sociais. A partir desse exemplo, observa-se que a administração religiosa do arcebispo se mesclou ao próprio desenvolvimento da cidade de Teresina, como afirma Carvalho:

Imerso em uma conjuntura de participação da igreja nordestina em atividades assistenciais, como as de incentivo à educação rural e ao sindicalismo, cruzadas contra a pobreza e de combate à marginalização de pessoas nas grandes cidades, Dom Avelar empreendeu em Teresina ações pastorais, educacionais e sociais que modificaram as formas de vivenciar a cidade, não sem causar controvérsias com o modo de viver estabelecido (Carvalho, 2010, p. 77).

Além disso, Dom Avelar é conhecido pela criação de escolas radiofônicas por meio do Movimento Educacional de Base (MEB). O programa, criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1961, tinha o propósito de combater o analfabetismo, que, na época,

ultrapassava o índice de 50% da população brasileira. Ademais, o movimento buscava oferecer uma educação de base às camadas mais pobres, partindo da ideia de que o ensino poderia impulsionar mudanças rumo a uma sociedade mais justa e cidadã, acreditando, ainda, que a educação era um caminho para fortalecer a consciência humana e cristã.

No Piauí, o MEB funcionava em parceria com a Rádio Pioneira, criada por Dom Avelar em 1962. Por sua vez, a Rádio Pioneira constituiu-se como um importante canal de transmissão de aulas que chegavam às camadas pobres da periferia urbana e da zona rural da sociedade piauiense que não tinham acesso à educação formal, suscitando, para além da alfabetização, debates sobre alternativas de melhoria das condições de vida no campo. Assim, a emissora foi idealizada, sobretudo, para orientar os fiéis e contribuir para a evangelização, por meio da transmissão de mensagens religiosas. Essa iniciativa pretendia, também, atuar na educação da população, ampliando continuamente o alcance de seu público. Desse modo, projetando-se como uma rádio evangelizadora, a Pioneira coloca-se como porta-voz da Igreja Católica (A era do rádio, 2002).

Nesse viés, no quadro local, a postura de Dom Avelar, inserida na defesa da perspectiva de valorização da responsabilidade social do catolicismo, coaduna-se com o lugar assumido pela Igreja Católica em âmbito nacional e mundial na segunda metade do século XX. Esse lugar foi configurado após a realização de conferências que buscavam remodelar a posição da Igreja frente à sociedade, ao considerar que:

Os homens estão interligados em anseios e preocupações, cercados pelas mesmas dificuldades, embora entre eles, [...], haja diferenças. Mas a igual dignidade de todos haveria de determinar a extensão de ‘uma rede de solidariedade’ global. Assim, o homem deixava de ser encarado isoladamente, apenas no aspecto espiritual, mas como ser integral na vida comunitária (Homenagem a Dom Avelar Brandão Vilela, 1986).

Segundo Carvalho (2010, p. 122), desde os anos 1950, estudiosos da teologia cristã, sobretudo de orientação dita progressista, debruçam-se sobre a tentativa de formular uma nova visão do catolicismo, chegando a influenciar a cúpula católica romana a refletir acerca da postura institucional da Igreja e dos princípios por ela defendidos. Nesse cenário, destacam-se nomes como Jacques Maritain⁹, com sua doutrina da democracia cristã,

⁹ Jacques Maritain defendia uma doutrina da democracia cristã, segundo a qual os fiéis detinham a vontade divina à semelhança da instituição em si. O leigo poderia atuar politicamente, autônomo em relação à Igreja,

Emmanuel Mounier¹⁰, defensor de um catolicismo mais progressista, e Louis-Joseph Lebret, com a proposta de uma economia solidária¹¹. Estudiosos da historiografia republicana brasileira afirmam que, entre 1945 e 1970, observa-se um período de significativas transformações na organização e na ideologia defendida pela Igreja Católica, colocando-a como “um renovado e importante protagonista na história contemporânea brasileira” (Pierucci; Sousa; Camargo, 1995, p. 422).

Nesse percurso, entre outubro de 1962 e dezembro de 1965, em Roma, realizaram-se sessões conciliares com o objetivo de adequar as dimensões internas e externas da Igreja à conjuntura social vigente, aproximando-a tanto ao segmento de fiéis quanto da comunidade de não católicos. O Concílio Vaticano II, aberto pelo Papa João XXIII, configurou-se como um momento de “reflexão e mudanças de postura da Igreja Católica frente às realidades vividas” (Carvalho, 2010, p. 132), buscando definir uma nova identidade teológica, antropológica e eclesiológica, tendo em vista, entre outros fatores, a acelerada mudança de costumes e os avanços tecnológicos no início do século XX.

De acordo com Beozzo (2003, p. 4), entre as condições que contribuíram para a recepção favorável das ideias abordadas no Concílio, destacam-se a existência de movimentos apostólicos leigos nos diversos ramos juvenis da Ação Católica, como a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC); bem como a criação de uma estrutura de articulação e animação da vida da Igreja com elevados níveis de representação organizacional, concretizada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criada em 1952, e na Conferência dos Religiosos/as do Brasil (CRB), fundada em 1954. Soma-se a isso a constituição de uma estrutura de articulação continental, que ampliou os horizontes da Igreja Católica do Brasil, inserindo-a na complexa trama latino-americana, a partir da criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), por ocasião do XXXIV Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro e da I Conferência Geral do Episcopado Latino-

mas permaneceria dependente em relação ao clero no âmbito espiritual ou de realização de rituais (Carvalho, 2010).

¹⁰ Um catolicismo mais progressista foi estimulado ainda pelas ideias de Emmanuel Mounier e sua proposta de liberdade coletiva como bem superior ao individualismo liberal e à prisão dos regimes totalitários. Ser católico implicava, portanto, lutar pela liberdade própria e liberdade do outro (Carvalho, 2010).

¹¹ Louis-Joseph Lebret contribuiria com a ideia de economia solidária, na qual conceitos fraternais e não o mercado em si, impessoal e baseado no lucro, deveriam reger a produção, distribuição e consumo de bens (Carvalho, 2010).

Americano, em julho de 1955.

Em sequência, destaca-se a realização da II Conferência do Episcopado Latino-Americano, ocorrida em Medellín, na Colômbia, em agosto de 1968, sob a presidência de Dom Avelar Brandão Vilela. Com o tema “A Igreja na atual transformação da América Latina, à luz do Concílio Vaticano II”, a conferência evidenciou o reconhecimento, por parte dos bispos latino-americanos, da necessidade de autonomia na discussão dos modos de aplicação das determinações encaminhadas nas sessões conciliares de Roma no contexto particular desse continente. Percebe-se, assim, ao longo da segunda metade do século XX, o esforço da Igreja Católica em esboçar uma nova práxis, mais próxima da realidade socioeconômica, política e cultural da América Latina.

De modo particular, tanto o Concílio Vaticano II (1962-1965) quanto a II Conferência Episcopal Latino-Americana (1968) repercutiram diretamente na organização da Igreja Católica no Brasil e no Piauí, contribuindo para a construção de uma prática social de caráter progressista¹². Ademais, ambos os espaços contaram com a presença ativa de Dom Avelar Brandão Vilela que, conforme mencionado, orientava sua atuação pastoral a partir da compreensão de que, para evangelizar, é também necessário humanizar.

A Igreja Católica de Teresina nos tempos de Ditadura Civil-Militar

Com o desenrolar dos acontecimentos após março de 1964 e com a consolidação do regime civil-militar nos anos seguintes, o arcebispo Dom Avelar esforçou-se no sentido de manter uma postura conciliadora, buscando construir diálogos entre o Estado e a Igreja e estabelecendo, assim, as “faces de contato entre as duas instituições durante mais de duas décadas de ditadura militar” (Carvalho, 2010, p. 136). Ao ser questionado sobre em qual classificação política se enquadraria, o arcebispo procurou afastar-se de definições como progressista, conservador ou moderado, designando-se como pertencente apenas à Igreja eterna (Vilela, 1973). Nessa mesma declaração, Dom Avelar discorre acerca da posição de

¹² Importa destacar que, em que pese a relevância do Concílio do Vaticano II (1962–1965) e da II Conferência Episcopal Latino Americana (1968), os setores da Igreja Católica brasileira de perfil progressista possuem características particulares, tais como a influência da Teologia da Libertação, um movimento cristão que se detém na prática da fé como ferramenta de transformação social, propondo olhar para as Escrituras Sagradas à luz da realidade dos pobres e oprimidos, na tensão entre anunciar a vida de Jesus Cristo e denunciar a realidade vivida pelos pobres na América Latina (Gutiérrez, 2000). A Teologia da Libertação atua, de forma central, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, difundidas, sobretudo, entre os anos 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina, com o propósito de aproximar a Igreja da população mais carente.

diplomata que lhe foi atribuída em decorrência de seu papel como mediador das relações entre Igreja e Estado, afirmando não concordar com tal visão, pois atuava em nome de sua fé e de seus princípios religiosos:

Sou bispo católico e muito me honra em o ser agora, inclusive revestido do título de cardeal da Igreja Católica. [...] Minha formação é de caráter universal, cósmica, embora identificada com a minha fé [...] Ultimamente as referências sobre a minha pessoa me apresentam como um diplomata. Jamais li um livro sobre diplomacia. Se a diplomacia consiste em encontrar meios de resolver problemas difíceis sem prejuízos da dignidade e da nobreza de sentimentos, pode ser que eu tenha algo de diplomata. [...] Quando eu devo dizer a verdade, sou eu quem resolve a respeito. Não me agrada ser instrumentalizado nem pela direita, nem pela esquerda. Sinto-me um homem independente, livre para tomar as posições que julgar mais oportunas [...] (Vilela, 1973).

Para além disso, Dom Avelar manifesta-se contrário aos excessos de ambas as partes, mostrando-se adepto da prudência e da tolerância, chegando a criticar, por vezes, ações que violavam os direitos individuais, cometidas pelo regime ditatorial, e buscando proteger grupos católicos da mão repressora dos militares. Entretanto, tendo em vista o apoio do arcebispo aos movimentos promovidos pela Igreja Católica na sociedade piauiense, Dom Avelar foi frequentemente rotulado como opositor. Nas palavras de Monsenhor Chaves, então vigário geral da Arquidiocese de Teresina: “[...] naquele tempo se polarizava essas coisas, ou era de direita ou era de esquerda. Dom Avelar era tido como esquerdista. [Contudo] Ele não era esquerdista, ele era um homem que queria modificar as coisas que estavam erradas, que estavam em crise” (Joaquim Chaves, entrevista, 1998).

Nessa conjuntura, organizações sociais influenciadas diretamente pelo clero local, como a Ação Católica¹³ e o MEB, que se propunham a instruir e mobilizar as camadas pobres da população na reivindicação de seus direitos, além de apoiarem o movimento sindical e a reforma agrária, foram fiscalizadas pelos sistemas de vigilância do regime ditatorial. Diversas foram as situações em que membros de grupos católicos foram intimidados, perseguidos ou presos, sobretudo após o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5)¹⁴, tais como representantes

¹³ Uma forma de ‘apostolado leigo’, estimulada por vários Papas, desde o começo do século XX, e formalizada por Pio XI [1922-1939], em meados do século 20. No início da década de 1930, o Movimento já estava bem estabelecido na Europa. No Brasil e, posteriormente, em Teresina, a Ação Católica chegou através de Dom Avelar Brandão Vilela, quando tomou posse como Arcebispo, em 1956 (Araújo, 2008).

¹⁴ Promulgado em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional n. 5, entre outras medidas, permitia ao presidente da República fechar o Congresso Nacional; cassar mandatos de políticos tanto nos níveis municipal, estadual quanto federal; demitir ou aposentar juizes e funcionários públicos. Também estabeleceu o julgamento de crimes políticos por tribunais militares e a suspensão do direito de habeas corpus em “crimes” considerados

da Juventude Agrária Católica e da Juventude Universitária Católica, à época alunos e professores da Faculdade Católica de Filosofia (FAFI).

O Movimento Educacional de Base, por sua vez, foi duramente controlado, em especial no que concerne aos materiais escolares elaborados por seus técnicos, uma vez que os burocratas do Ministério da Educação e Cultura avaliavam que o material possuía mensagens dúbias em relação ao Novo Regime (Nascimento, 2004). Ademais, relata a professora Palmira Soares, colaboradora do MEB: “aqui nós de fato sofremos pressões, nossa programação de rádio era toda acompanhada, toda gravada e fomos chamados várias vezes, já respondemos por esse programa” (Palmira Soares, entrevista, 1998). Dessa forma, durante o regime civil-militar, o MEB enfrentou transformações em sua forma de atuação, mas permaneceu contribuindo para o desenvolvimento da população mais carente do Piauí: “o MEB, que era pra educação do povo, era um trabalho de rádio levando escola para o campo. Era rádios cativos, aqueles radiozinhos. Os cabocos só pegavam a Pioneira para seguir as aulas” (Joaquim Chaves, entrevista, 1998).

Em paralelo, também a rádio Pioneira foi vista como subversiva, tornando-se um frequente alvo dos militares: para além das aulas radiofônicas do MEB, sobretudo os programas noticiários eram constantemente avaliados pelos censores. Nas palavras de Deoclécio Dantas:

A Rádio Pioneira era censurada diariamente. Eu, por exemplo, já nesse tempo como Diretor de Jornalismo da emissora, recebia diariamente uma visita do agente federal, que levava um livro com um papel cortado, papel tipo ofício, mas cortado em faixas, aí dizia lá: ‘De ordem superior nada pode ser divulgado sobre o pronunciamento de Dom Hélder Câmara feito em Recife’. No outro dia chegava outra censura: ‘De ordem superior nada pode ser divulgado sobre o surto de meningite em São Paulo’. [...] A pioneira era muito patrulhada, mas era imensamente patrulhada (Deoclécio Dantas, entrevista, 2002).

Documentos oficiais do Serviço Nacional de Informações, referentes à discussão acerca do pedido de renovação de concessão para exploração de serviço de radiodifusão por emissoras de rádio junto ao Ministério das Comunicações, apontavam, em 1973, que:

Conforme Informação da DPF/PI, todas as radioemissoras localizadas naquele Estado tem um comportamento normal, com exceção da RÁDIO PIONEIRA DE TERESINA,

contra a Segurança Nacional (Zachariadhes, 2016).

cujo maior acionista é Dom AVELAR BRANDÃO VILELA, ex-Arcebispo de TERESINA/PI, atualmente residindo em SALVADOR/BA, onde é PRIMAZ DO BRASIL (Serviço Nacional de Informações, 2 out. 1973, p. 3).

Assim, mesmo após deixar a função de arcebispo de Teresina, Dom Avelar continuou como acionista majoritário da Rádio Pioneira. As autoridades, porém, o viam com desconfiança, e seu nome foi incluído entre aqueles considerados urgentes para a verificação de seus registros negativos e dados de qualificação junto aos setores de informações. Essa situação gerou dúvidas e incertezas sobre o conteúdo transmitido pela emissora católica piauiense. O documento em evidência destaca, dentre outras acusações, a proximidade entre Dom Avelar e os sindicatos rurais de Teresina, além da sua suposta preocupação com os problemas das esquerdas e da ausência de um posicionamento frontal de combate ao comunismo. Ressalta, ainda, que foi durante o governo de João Goulart que a Arquidiocese de Teresina recebeu recursos financeiros para instalar a rádio Pioneira, a qual, “por sinal, é atualmente a mais potente e mais bem montada das três existentes na Capital do Piauí” (Serviço Nacional de Informações, 26 abr. 1973, p. 5).

Além disso, os registros do SNI acusam, também, o jornal *O Dominical*, de propriedade da Arquidiocese de Teresina, de manter orientações encaminhadas pelo então arcebispo, apresentando publicações contrárias à *Revolução* e ao *governo revolucionário*, bem como sem apresentar críticas ao governo de João Goulart. Em consonância, outros registros do SNI relativos ao Ministério das Comunicações, datados de 1969, em ficha que lista emissoras de radiodifusão cujo controle acionário pertencia a membros do clero católico, apontam o tipo de programação levada ao ar pela rádio Pioneira de Teresina como “variada, apresentando musicais, debates com participação popular, noticiosos”, seguindo uma “linha político-ideológica de caráter progressista” (Ministério das Comunicações, 1989, p. 160).

À vista da atuação do MEB e da Rádio Pioneira, é preciso lembrar que, no Piauí, um outro eixo de atuação da administração religiosa de Dom Avelar foi o espaço rural, por meio do envolvimento da Igreja Católica com as questões ligadas à realidade campesina, expressas por grupos como a Juventude Agrária Católica. Exemplo disso foi a defesa do então arcebispo de Teresina quanto à ideia de reforma agrária, o que despertou a ira de um pequeno setor da população que detinha a maioria das terras piauienses, bem como do governo ditatorial, que interpretava as ações de Dom Avelar como alinhadas aos interesses comunistas. Sobre as ações no campo, expressa Padre Chaves:

Conseguiu reunir um grupo de matutos do interior e foram dados aqui uns cursos para eles em Teresina e eles começaram trabalhando. [...] Aí veio a Revolução de 64 e nos pegou em pleno movimento no campo e o movimento achou que aquilo era também uma espécie de ajuda ao comunismo, porque nós não estamos com eles. Então desfaleceram o movimento, prenderam os caboclos, fizeram perseguição. [...] Foi uma hora muito complicada, mas felizmente a coisa passou (Joaquim Chaves, entrevista, 1998).

De modo semelhante, as ações desenvolvidas por grupos como a Juventude Agrária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Independente Católica, Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica – movimentos estudantis implantados com o objetivo de expandir a atuação da Igreja Católica¹⁵ pelos diferentes setores da sociedade teresinense na década de 1950 – também foram afetados pelo sistema ditatorial. A título de exemplo, segundo depoimento de João Gualberto, tais movimentos deram uma contribuição significativa para a organização dos trabalhadores do campo e da cidade e, por isso, seus membros foram presos e, por vezes, submetidos à tortura:

Esse movimento pra época era muito consciente, muito questionador, tanto questionava a estrutura da Igreja como questionava a questão política da época. E nós da JOCS fazíamos um trabalho que, na época, a ditadura era muito pesada, então a gente fazia o seguinte: fazia um trabalho com jovens do bairro, da escola, do trabalho. E esse trabalho era feito para fazer uma discussão mais aberta [...]: parte do dia a gente utilizava para discutir as questões do jovem da época e as questões políticas, e a outra a gente usava para lazer, lazer organizado com cânticos, com dramatização, brincadeiras, que envolvia todos os jovens presentes. [...] Essa década de 70 era muito perigosa porque a JOC se resumiu a poucos militantes, porque a maioria foram presos, aqui de Teresina meu irmão foi uma das pessoas que foi descoberta (João Gualberto, entrevista, 1998).

Diante dessa conjuntura, na qual membros da JOC, da JUC, do MEB, e de outros grupos vinculados à Igreja Católica foram perseguidos, processados e presos, bispos de alguns estados, como Dom Avelar Brandão, no Piauí, reuniram esforços para defender os membros da Igreja das arbitrariedades cometidas pelo sistema ditatorial. O apoio e a confiança de Dom Avelar nos movimentos católicos, frente à repressão e à censura impostas pela ditadura, como os acima descritos, podem ser observados nos relatos dos próprios integrantes desses grupos:

¹⁵ Existiram, no Brasil, nos anos 30 a 60 do século XX, dois tipos de Ação Católica, Geral e Especializada (ACE). Com esta última, os movimentos especializados a JAC, JEC, JIC, JOC e JUC, influenciados pelos padrões do apostolado leigo da França e da Bélgica, ganharam certa visibilidade (Zachariadhes, 2016).

Bispos individualmente, como Dom Avelar, aqui no Piauí, fizeram tudo ao seu alcance para que o laicato e nenhum padre ligado ao movimento não sofresse com a perseguição que houve após 64. [...] Houve realmente todo um esforço de D. Avelar como nosso arcebispo para evitar tanto as prisões como as torturas (Manuel Oliveira, entrevista 1998, p. 3).

Certa vez, ao ser acusado por um oficial militar do Exército de “não estar atento às necessidades da ordem democrática”, Dom Avelar respondeu-lhe com sua característica postura diplomática, manifestando sua indignação em relação ao governo vigente:

Que democracia é essa de que o senhor fala? Porque o senhor faz parte de um movimento que derrubou um presidente eleito pelo voto direto. E agora o senhor quer me dizer que a democracia é esta que está implantada, eu acho que há um equívoco e o que equivocado não sou eu (Nascimento, 2004, p. 89).

A presença dos olhos vigilantes do sistema ditatorial era percebida também nas reuniões oficiais promovidas pela Igreja Católica de Teresina, mesmo naquelas em que não houvesse discussões de ordem política, como relata Monsenhor Joaquim Chaves:

Eles tavam sempre lá no pé da gente. [...] Eu trabalhei muito com concílios da Cristandade, não tinha nada a ver com política, mas, quando íamos fazer Concílio, tinha sempre um militar lá, disfarçado. Iam como participante pra fazer o concílio, mas a gente sabia que eles não tavam ali pra aquilo, eles estavam ali pra vigiar a gente, para saber o que estava se passando (Joaquim Chaves, entrevista, 1998).

Por conseguinte, também a Ação Católica do Piauí se configurou como um dos espaços mais vigiados e perseguidos pelo aparato repressor do sistema ditatorial, em decorrência, sobretudo, de sua atuação em diversos setores leigos da sociedade piauiense. Nas palavras do Padre Carvalho¹⁶, a Ação Católica “teve uma repercussão tão grande, até nos movimentos leigos que não eram da JOC [Juventude Operária Cristã], como os sindicatos, círculos operários. Ela penetrou em tudo, a movimentação católica aqui em Teresina foi excelente” (Francisco Carvalho, entrevista, 1998, p. 5). Entretanto, apesar da relevância desse espaço para o funcionamento do trabalho social e evangelizador da Igreja Católica nos tempos de ditadura, Monsenhor Chaves relata que não mantinha forte proximidade com o movimento,

¹⁶ Padre Francisco das Chagas Carvalho (1923), foi pároco da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, no bairro Vermelha, e assistente da Juventude Operária Cristã, nomeado por Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Teresina (Francisco Carvalho, entrevista, 1998).

tendo em vista que não atuava diretamente nos principais grupos de ação da Igreja perseguidos pela ditadura, em virtude dos limites das atribuições de sua função como vigário-geral:

Eu não tive muito contato, porque a minha profissão era ser Vigário Geral, e Vigário Geral era aquele que substitui o bispo no governo da Diocese quando ele está ausente, e era ligação entre o clero. Dom Avelar era quem dirigia isso pessoalmente. Eu sei que tinha a JUC, tinha a JOC e tinha esse negócio do campo, e tinha os estudantes secundaristas (Joaquim Chaves, entrevista, 1998).

Considerando tal declaração, pode-se sugerir que Joaquim Ferreira Chaves, figura de significativa relevância para o entendimento da atuação da Igreja Católica de Teresina no regime civil-militar, manteve uma postura moderada diante dos acontecimentos, não atuando de forma direta nos principais grupos católicos perseguidos pela ditadura. Contudo, segundo a visão de Padre Amadeu Matias Bernardes Filho¹⁷, Monsenhor Chaves era um homem crítico: “um homem que tinha uma postura crítica. Não era um homem ingênuo. Era um homem que sabia ler a conjuntura social, econômica, política, eclesial. Era um homem que sabia se posicionar. Tinha a vida dele e sabia se posicionar” (Bernardes Filho, entrevista, 2024).

Em paralelo, documentos oficiais reiteram a hipótese de que Joaquim Chaves tenha assumido uma posição moderada diante dos acontecimentos encaminhados ao longo do regime ditatorial no Piauí. A título de exemplo, constam depoimentos de Monsenhor Chaves em um documento produzido pelo Departamento de Estado, em 1969, acerca dos preparativos para a Assembleia Geral Judicial da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros e sobre os acontecimentos recentes relativos às relações entre Igreja e Estado no Piauí e no Maranhão. Nesse registro, Joaquim Chaves, apontado por oficiais do Estado como o “vigário geral com inclinações conservadoras da Arquidiocese de Teresina, Piauí” (Departamento de Estado, 3 jul. 1969, p. 1), pontua o esforço de padres considerados progressistas, no Piauí e no Ceará, para que a Igreja assumisse posições vistas por ele como radicais e imprudentes, na Assembleia da CNBB que, segundo o vigário, deveria limitar-se a temas religiosos. Essas posições, por sua vez, referem-se a questões apontadas por clérigos do Nordeste, dentre as

¹⁷ Amadeu Matias Bernardes Filho, natural de Pimenteiras (PI), é graduado em Filosofia pelo Instituto de Ciências Religiosas da Arquidiocese de Fortaleza-CE e em Teologia pela Pontifícia Universitas Gregoriana de Roma-Itália, onde também adquiriu o grau de Mestre em Filosofia. Atualmente é pároco da Igreja de Nossa Senhora de Fátima e professor da Universidade Federal do Piauí. Pe. Amadeu Matias conheceu o Pe. Joaquim Chaves no ano de 1973, passando a trabalhar com ele em 2002 na Igreja do Amparo, onde foi seu colaborador até os últimos dias da vida de Monsenhor Chaves (Bernardes Filho, entrevista, 2024).

quais se destaca Dom Hélder Câmara, como ações tomadas pelo Estado que deterioraram as relações com a Igreja, sobretudo após a imposição do Ato Institucional n. 5, que intensificou a repressão e a censura aos movimentos e às declarações da Igreja Católica consideradas opositoras.

Segundo o mesmo documento, o arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão, mantinha-se frequentemente ausente da capital piauiense, sendo Monsenhor Chaves responsável por administrar os assuntos da Arquidiocese. Joaquim Chaves, de modo particular, expressa, ao longo do depoimento, perceber o golpe de 1964 como a salvação para a desordem e o caos que circundavam a nação brasileira durante a década de 1960:

O país há apenas alguns anos caminhava para uma verdadeira ditadura e caos. A revolução de 1964 deu outra oportunidade ao país. Os críticos da situação atual esquecem muitas vezes as lições do passado. A Igreja, tal como a nação, está a passar por um período de extrema fermentação. A mudança deve ocorrer, mas não deve ocorrer às custas das verdades eternas (Departamento de Estado, 3 jul. 1969, p. 4).

Por conseguinte, o vigário-geral da Arquidiocese de Teresina afirma que a Igreja Católica atravessava, naquele período, um momento difícil, o que tornava necessária uma mudança em sua atuação. Em suas palavras, “a Igreja, tal como a nação, está a passar por um período de extrema fermentação. A mudança deve ocorrer, mas não deve ocorrer às custas das verdades eternas” (Departamento de Estado, 3 jul. 1969, p. 4). Para tanto, comenta o avanço do pensamento progressista no interior das igrejas de Fortaleza, onde templos foram fechados como forma de protesto contra a condenação de um padre. Esse episódio, no entanto, foi recebido por Padre Chaves como uma expressão radical, tendo em vista constituir-se como uma tentativa de protesto simbólico contra uma ação isolada do governo que afetou sobremaneira os fiéis. Em contraste, Padre Chaves relata a rejeição a um clero progressista em Teresina, mesmo após a tentativa de protesto contra a prisão de nove estudantes e de um professor da Faculdade Católica de Filosofia de Teresina. Segundo Monsenhor Chaves, padres progressistas esforçaram-se a fim de convencer as autoridades eclesiásticas locais a emitir uma declaração contra essa ação dos militares, mas foram contidos pelos sacerdotes mais moderados que optaram pela emissão de um comunicado oficial. Sobre Fortaleza e Teresina, respectivamente, Padre Chaves afirma:

IGREJAS PROGRESSISTAS GANHAM ASCENDÊNCIA EM FORTALEZA: A recente

controvérsia Igreja-Estado em Fortaleza, que resultou no fechamento de igrejas em protesto contra a condenação de um padre, revela fragilidades no processo de tomada de decisão da Igreja. Padres 'progressistas' conseguiram ganhar ascendência na arquidiocese na ausência do Arcebispo Dom Delgado, que está viajando pela Europa. O Bispo Auxiliar, Dom Raimundo, é um prelado idoso, dado mais à meditação do que à liderança dinâmica. Confrontado com a determinação de elementos progressistas do seu clero, ele cedeu e concordou com a sua proposta mal considerada de fechar as igrejas. Um passo tão radical não é um meio apropriado de protestar contra uma ação isolada do governo. Os fiéis não devem sofrer como resultado de uma tentativa de protesto simbólico.

CLERO PROGRESSIVO REJEITADO: Em Teresina, padres progressistas também tentaram ganhar ascendência. Em meados de março deste ano, as autoridades prenderam nove estudantes e um professor da Faculdade de Filosofia gerida pela Igreja. O professor detido era irmão do diretor da faculdade, que era padre. Outros padres com ideias progressistas tentaram usar o incidente para estimular alguma forma de protesto oficial da Igreja. Foram feitos esforços para convencer as autoridades eclesiásticas locais a emitirem uma declaração pastoral condenando o exército pelas detenções. Os chefes mais calmos (Monsenhor Chaves obviamente entre eles) prevaleceram, no entanto, e um comunicado foi emitido, e os detidos foram logo libertos (Departamento de Estado, 3 jul. 1969, p. 5).

Conforme evidenciado acima, Monsenhor Chaves era visto pelo regime civil-militar como um dos líderes religiosos mais moderados da Igreja Católica nesse período. Todavia, em registros do SNI, Joaquim Chaves é tratado com desconfiança por setores de vigilância do governo autoritário. Em fevereiro de 1974, no processo de busca por nomes que pudessem substituir o professor Hécio Ulhôa Saraiva na reitoria da Universidade Federal do Piauí, fundada no alvorecer da década de 1970, cogita-se o nome de Joaquim Raimundo Ferreira Chaves. Seu nome foi indicado pelo ex-governador Petrônio Portella Nunes, então senador do Piauí e, no momento, um dos principais articuladores do ARENA em nível nacional. Contudo, segundo mencionado e corroborado no documento em questão, Petrônio Portella, embora ocupasse funções de destaque no partido político de base aliada à ditadura, ainda era visto com suspeita pela comunidade de informações e de segurança nacional. Destarte, em 19 de fevereiro de 1974, o documento em questão afirma que Joaquim Chaves não possuía outros antecedentes negativos, com exceção de uma conferência proferida por ele em homenagem à dita Revolução de 31 de março de 1964 – como o próprio documento nomeia o golpe civil-militar de 1964:

O nominado não registra outros antecedentes negativos na área desta Agência, além do apurado pela Gu Fed/TE, que diz haver o mesmo, por ocasião de uma conferência em homenagem à REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964, sido bastante infeliz em sua explanação, pois, discorrendo sobre as punições de políticos, abordou um tema bastante controvertido, tornando sua conferência em uma verdadeira aula de anti-

Faz-se necessária uma leitura atenta e minuciosa, observando os grifos, marcações e todo o contexto que envolve o registro, com atenção aos indícios que, possivelmente, contribuíram para a rejeição de Joaquim Chaves ao cargo de reitor da Universidade Federal do Piauí. No mesmo documento, referente ao ano de 1974, por ocasião de sua inclusão na lista sêxtupla para a escolha do reitor da então FUFPI¹⁸, após explanação acerca da supracitada conferência, cita-se que:

Pela sua idade avançada e pela sua pouca atualização, talvez seja temerário elevá-lo à direção da Universidade. Nunca se afastou do PIAUÍ a fim de procurar aperfeiçoar-se. Probo e correto. Fraca capacidade de liderança. Pertence a linha católica moderada, podendo ser considerado como entrosado com a Revolução. Sua indicação para Reitor partiu do Senador PETRÔNIO PORTELA (Serviço Nacional de Informações, 19 fev. 1974, p. 1).

De acordo com o documento acima citado, as razões para a não aceitação de Joaquim Chaves no cargo de reitoria da FUFPI e a consequente nomeação de Camillo Filho para o mesmo, entre 1974 e 1980, giram em torno de justificativas tais como a idade avançada, a ausência de aperfeiçoamento profissional e a escassa capacidade de liderança, apesar de o religioso ser apontado como um sujeito digno, correto, próximo à Revolução e integrado à linha católica moderada. Entretanto, reconhecendo as particularidades do período histórico em questão, caracterizado como os anos de chumbo da história brasileira, é possível conjecturar que a verdadeira motivação para a desaprovação de Monsenhor Chaves para a indicação ao cargo de reitor se configure por meio de variáveis mais complexas do que as qualificações pessoais do sujeito, tais como as conexões políticas. Dessa forma, o processo de escolha da nova reitoria, para além da avaliação da aptidão profissional ao cargo, poderia ser, também, guiado por interesses políticos e ideológicos específicos, de modo que a ligação entre o senador Petrônio Portela e Joaquim Chaves possa ter sido percebida como desfavorável e prejudicial ao sacerdote. Como exemplo, o seguinte registro, de 1978, indica

¹⁸ Pela lei de nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, instituiu-se a criação da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) por meio da integração da FADI-PI (Faculdade de Direito do Piauí), FAFI-PI (Faculdade Católica de Filosofia do Piauí) que daria origem ao Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Faculdade de Odontologia do Piauí, Faculdade de Medicina de Teresina e Faculdade de Administração de Empresas de Parnaíba-PI (Castelo Branco, 2024).

percepções negativas em torno de Petrônio Portella e de sua irmã, a Profa. Célis Portella, referentes a um encontro de ambos com Pe. Chaves:

O nominado, em 1964, juntamente com o então Governador do PIAUÍ, Sr. PETRÔNIO PORTELA NUNES, teria homiziado a comunista CÉLIS PORTELA NUNES numa fazenda em CAMPO MAIOR/PI e que, certa ocasião, teria declarado que ‘o Senador PETRÔNIO PORTELA é forte, porque é de esquerda’ (Serviço Nacional de Informações, 7 jul. 1978, p. 1).

Ainda no que concerne à conduta funcional de Joaquim Chaves, no mesmo documento aqui sinalizado, em registro de 1978, a ASI\FUFPI¹⁹ informou ser “o nominado, como religioso, perfeitamente integrado na comunidade em que vive, dotado de espírito conservador e muito benquisto em todo o Estado do PIAUÍ. Como membro do Conselho Diretor da FUFPI, desfruta de ótimo conceito” (Serviço Nacional de Informações, 7 jul. 1978, p. 1). Mais uma vez, tem-se a atribuição de adjetivos positivos à figura de Monsenhor Chaves em paralelo a acusações de cunho político, evidenciando que, embora mantivesse um espírito conservador e fosse respeitado em Teresina, Chaves também era visto com suspeita, por, supostamente, manter vínculos com indivíduos considerados controversos.

Considerações finais

A importância de nos voltarmos, ainda que de forma breve, para a referida temática, encontra sentido na necessidade de compreender os caminhos percorridos pela Igreja Católica de Teresina – instituição de expressiva relevância no interior da sociedade teresinense – no contexto de implantação e consolidação do regime ditatorial civil-militar no Brasil. Conforme evidenciado, a Igreja Católica foi, também, alvo da vigilância e das práticas autoritárias do regime civil-militar, tendo em vista constituir-se como um instrumento de forte influência na vida social da cidade, sobretudo por meio de sua atuação em espaços que buscavam propiciar uma melhoria nas condições básicas de sobrevivência do povo piauiense, como a educação e a cultura. Essa dinâmica pode ser observada, especialmente, durante a administração eclesiástica de Dom Avelar Brandão Vilela (1956-1973) na Arquidiocese de Teresina, com o auxílio do então vigário-geral Monsenhor Joaquim Chaves, em virtude da

¹⁹ As Assessorias de Informações (ASIs) eram instaladas em todas as repartições públicas, como a Universidade Federal do Piauí, durante o período ditatorial (Castelo Branco, 2024).

vinculação da Igreja Católica do Piauí aos movimentos de defesa da sociedade e de seus direitos, o que contribuiu para inseri-la no campo de observação dos órgãos de controle do Estado.

Embora a Igreja Católica no Brasil tenha manifestado apoio inicial ao golpe civil-militar, segundo expresso no posicionamento anunciado pela CNBB em 1964, é fundamental compreender que essa postura estava ligada à percepção de que o golpe representaria uma forma de proteger o povo brasileiro contra o suposto perigo do comunismo, que assombrava alcançar o país. A declaração da CNBB indica, também, que a Igreja no país estava imersa em uma complexa rede de posicionamentos e opiniões, muitas vezes divergentes entre os próprios grupos católicos, acerca dos rumos do movimento golpista.

No caso específico de Teresina, a postura adotada sob a liderança de Dom Avelar, alinhava-se às diretrizes mais amplas da Igreja Católica em âmbito nacional e internacional, especialmente após a realização do Concílio do Vaticano II, que propunha definir uma renovação das práticas adotadas pelas igrejas ao redor do mundo, ampliando a presença dessa instituição religiosa nos quadros social, político e cultural. No contexto local, evidenciava-se que o arcebispo adotou uma postura pragmática no decorrer do processo de consolidação da ditadura civil-militar, buscando agir como mediador entre Estado e Igreja, embora recusasse esse termo para si. Dessa forma, não obstante sua política apaziguadora, Dom Avelar colocou-se no centro da missão social desenvolvida pela Igreja Católica, dialogando, em muitos momentos, diretamente com a população piauiense.

Sobre Monsenhor Chaves, nota-se a existência de uma divergência de opiniões referentes à conduta adotada por ele no interior da Igreja Católica de Teresina durante o regime ditatorial no Brasil, tendo em vista que, apesar de ser caracterizado com elogios por parte das documentações oficiais, o vigário da igreja do Amparo era, por vezes, associado a sujeitos vistos com desconfiança pelos órgãos de vigilância da ditadura. Entretanto, ainda que a Igreja Católica de Teresina fosse alvo frequente dos olhos ditatoriais, Monsenhor Chaves era, em alguns momentos, associado a setores mais conservadores. Indo além das documentações oficiais aqui apresentadas, sujeitos que conviveram com Padre Chaves sugerem, em suas lembranças, que o vigário apresentava uma postura crítica, embora não radical. Segundo Padre Amadeu Matias, por exemplo, Padre Chaves sabia se posicionar e compreender a conjuntura social, política, econômica e eclesial em que estava inserido:

Ele tinha uma postura crítica, como um bom filósofo ou bom literato. Era um homem que tinha uma postura crítica. Não era um homem ingênuo. Era um homem que sabia ler a conjuntura social, econômica, política, eclesial. Era um homem que sabia se posicionar. Tinha a vida dele e sabia se posicionar. [...] O meu sentir é que ele era um homem crítico (Bernardes Filho, entrevista, 2024).

Sob esse olhar, segundo Pe. Amadeu Matias Bernardes Filho, Joaquim Chaves apresentava-se como um “homem do Concílio Vaticano II” (Bernardes Filho, entrevista, 2024), levando em conta sua percepção da necessidade de renovação da Igreja frente às metamorfoses do tempo que, por sua vez, resultam no remodelamento dos costumes, práticas e modos de viver em sociedade. Assim, sugere-se que, em convergência com Dom Avelar, Padre Chaves enxergava a Igreja Católica de Teresina como uma instituição inserida no seio da sociedade teresinense e, percebendo ser impossível se desvincular dessa realidade, buscou meios de aproximar-se do povo de Teresina, mesmo que não estivesse propriamente no centro dos grupos de atuação da Igreja no quadro social local. Contudo, apesar da proximidade entre Dom Avelar e Monsenhor Chaves, considerando a presença central de ambos na administração eclesiástica de Teresina, o vigário afirma também enxergar algumas ações do Arcebispo como exageradas e contrárias ao seu posicionamento pessoal:

Dom Avelar chegou, ele movimentou tudo isso. Eu tinha por ele uma grande amizade, uma amizade profunda mesmo. Embora eu não comungasse com certo modo de agir. Aí é que estava a minha luta, porque eu tinha que seguir meu arcebispo, tinha que apoiá-lo em tudo, embora eu achasse que às vezes havia certo exagero, ele achava que não. [...] Era difícil a gente fazer, às vezes tinha que engolir sapo, como se diz. Tomar certas atitudes que não estavam de acordo com o seu temperamento, tudo mais, mas era necessário (Joaquim Chaves, entrevista, 1998).

Nesse sentido, as nuances em torno das aproximações e distanciamentos entre Dom Avelar e Monsenhor Chaves, no que concerne à liderança religiosa exercida por ambos, podem ser exemplificadas, sobremaneira, no período que corresponde ao regime ditatorial situado entre as décadas de 1960 e 1980 no Brasil.

Em síntese, pode-se afirmar que Dom Avelar Brandão Vilela, fiel ao seu lema de evangelizar e humanizar, exerceu papel central na condução da Igreja Católica em Teresina durante a segunda metade do século XX. Ao lado de Monsenhor Chaves, consolidou uma instituição ativa, presente e influente no cotidiano do povo teresinense, promovendo ações pastorais, sociais e educativas que ecoaram para além dos limites eclesiásticos. Assim, mesmo diante dos mecanismos de vigilância e das estratégias de controle implementadas pelo regime

civil-militar, que frequentemente buscavam restringir sua atuação, a Igreja Católica local manteve-se atuante, reinterpretando seus espaços de intervenção e reafirmando seu compromisso com a comunidade piauiense.

Fontes

A ERA do rádio. **Cadernos de Teresina**, Teresina, ano 14, n. 34, nov. 2002.

CARVALHO, Francisco das Chagas. Entrevista concedida a Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina-PI, 1998.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. Entrevista concedida a Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina-PI, 1998.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL – Secretaria Geral. **Documentação organizada com vistas à aplicação do Art. 4º do Ato Institucional n. 5 ao Senador Petrônio Portela Nunes**. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). [S.l.], Jan, 1969.

DANTAS, Deoclécio. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento. Teresina - PI, 19 mar. 2002.

DEPARTAMENTO de Estado. **Clérigos do Nordeste comentam a próxima Assembleia Geral da CNBB e as tendências recentes nas relações Igreja-Estado**. Brasília, 3 jul. 1969.

FILHO, Bernardes (Pe.). Entrevista concedida à Kamila Vytória Santos e Silva. Teresina-PI, 30 jan. 2024.

GUALBERTO, João. Entrevista concedida a Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina-PI, 1998.

HOMENAGEM a Dom Avelar Brandão Vilela. **Revista Presença**, Teresina, ano 8, n. 18, ago.\dez., 1986.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Emissoras de radiodifusão cujo controle acionário pertence a membros do clero católico**. [S.l.], 1989.

OLIVEIRA, Manuel Emídio Burlamaque. Entrevista concedida para Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina-PI, 1998.

PIAUÍ. Governo do Estado. Nota Oficial. **Estado do Piauí**, n. 1115, p. 6, 12 jan. 1969.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Conduta de emissoras de rádio**. [S.l.], 2 out. 1973.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Joaquim Raimundo Ferreira Chaves**. [S.l.], 19 fev. 1974

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Joaquim Raimundo Ferreira Chaves**. [S.l.], 7 jul. 1978.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Renovação de concessão para exploração de serviço de radiodifusão**. [S.l.], 26 abr. 1973.

SOARES, Palmira Luzia. Entrevista concedida à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina-PI, 1998.

VILELA, Dom Avelar Brandão. Carta aberta de Dom Avelar ao prof. Simplício. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 3-4, 10 maio 1964.

VILELA, Dom Avelar Brandão. Oração proferida por S. Exa. Revma. Dom Avelar Brandão Vilela, na Missa de Ação de Graças pelo 1º aniversário da Revolução de 31 de março. **O Dominical**, Teresina, ano 30, n. 14/65, p. 1, 5-6, 4 abr. 1965.

VILELA, Dom Avelar Brandão. Não me agrada ser instrumentalizado nem pela direita, nem pela esquerda. **Diário de Notícias**, Salvador, Caderno 2, p. 7, 22-23 abr. 1973.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru-SP: Edusc, 2005.

ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto**: trajetória e representações do Arcebispo do Piauí (1956-1971). 2008. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEOZZO, José Oscar. A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral – INP (org.). **Presença pública da Igreja no Brasil**: jubileu de ouro da CNBB (1952-2002). São Paulo: Paulinas, 2003.

CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **Dom Avelar Brandão Vilela**: uma biografia histórica. 2010. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CASTELO BRANCO, Ronald Cavalcante. **Uma procissão de suicídios**: a Universidade Federal do Piauí sob a vigilância da Ditadura Civil-Militar e as resistências (1971-1979). 2024. 157 f. Monografia (Graduação em História) – Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**: perspectivas. Edições Loyola, 2000.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MARIAE, Servus (Raimundo Caramuru de Barros). **Para entender a Igreja no Brasil**: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968). Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações Editora: 2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUSA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja Católica: 1945-1970. In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. et al. **O Brasil Republicano**: economia e cultura (1930-1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 422-467.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a comunidade de informações na ditadura militar brasileira. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, ano 4, n. 5, p. 83-102, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/ran.v0i5.88875>.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 333-358, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000100015>.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Diálogo, modernização e conflito**: uma biografia do Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela. 2016. 258 f. Tese (Doutorado em História, Política e bens culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Programa de Pós-Graduação em História, política e bens culturais, Rio de Janeiro, 2016.